

Uma idéia, uma esperança

JORNAL DE BRASÍLIA

117 JAN 1988

117

A idéia da desregulamentação da economia, mencionada neste fim de semana pelo ministro Mailson da Nóbrega, inova e eleva a retórica da Nova República, fazendo crer estar ela se aproximando das verdadeiras fontes da crise brasileira. Não é de hoje que parte muito expressiva dos nossos estudiosos e pensadores aponta para a necessidade de se diminuir a pressão do Estado sobre os agentes privados da economia, permitindo-lhes consolidar relações livres, e portanto estáveis, com o mercado.

A proposta não deriva de formulações acadêmicas. O mundo contemporâneo conhece as experiências bem-sucedidas das economias livres e, inversamente, o insucesso das economias centralmente planejadas. A Coreia do Sul encerrou o ano de 1987 com o mais notável desempenho entre todas as economias capitalistas do mundo — crescimento nacional de 12,5 por cento, elevados superávits comerciais e o anúncio de que, para desgosto dos banqueiros, está pronta a saldar 20 por cento, este ano, do principal da sua dívida externa. Na Coreia, as relações entre capital e trabalho não são gerenciadas pelo Estado. Na Austrália, um país também minúsculo, com apenas 200 anos de história, mas com ampla e irrestrita liberdade de iniciativa, os indicadores econômicos apontam desempenhos que há muito não conhecemos. Enfim, toda a história do sistema de liberdade econômica é uma história de sucessos.

A desregulamentação da economia brasileira é um passo que tem de ser dado como

preliminar de qualquer expectativa séria de desenvolvimento, por motivos de clareza meridiana. Nenhum empresário investe em empreendimentos sobre os quais não detém o controle, como não tem investido, por exemplo, na agricultura, cujas safras recorrem — recordes mas ainda insatisfatórias — lastreiam-se exclusivamente no crédito oficial. Não há praticamente investimento privado algum no setor porque ele não oferece garantias de resposta econômica. O Governo está sempre pronto a confiscar os lucros do empreendedor. O setor industrial está sucateado. Os investimentos modernizadores cessaram na modorra da indefinição política e no agravamento do intervencionismo que, se premia a ineficiência de alguns, desestimula a eficiência de outros.

A desregulamentação deve ser ampla e não cosmética, mas precisa, para que seja socialmente responsável, fazer-se acompanhar da modernização das leis que protegem o interesse coletivo. Preconizamos a liberdade de iniciativa e de investimento, não o laissez faire. Mas não apenas a modernização das leis. Também o aperfeiçoamento dos instrumentos da sua execução. Se a empresa deve ter ampla liberdade, ao cidadão devem assistir leis — e não apenas leis, mas juizes e serventários — prontas a acudi-lo nas situações de esbulho dos seus direitos. Nenhuma sociedade política e juridicamente organizada pode conviver com um aparelho judiciário incapaz de prover a justiça no momento em que ela é requerida. No Brasil, a justiça falha porque tarda.

A desregulamentação deve compreender todo o espectro dos interesses do empreendimento privado, inclusive o licenciamento — uma forma de corrupção através da qual o Estado detém o controle político da sociedade. O licenciamento, em atividades tipicamente privadas, é uma das formas mais abusivas da intervenção do Estado no domínio da atividade econômica. Não é compreensível que se tenha de postular uma concessão do Governo para, por exemplo, se instalar um posto de gasolina. As relações entre trabalho e capital, por sua vez, devem ser amplamente livres, cabendo apenas às partes, sem intermediação governamental, dirimir seus conflitos, recorrendo ao judiciário, quando for o caso. A desregulamentação deve compreender também a supressão das práticas protecionistas no comércio internacional, conforme, aliás, está disposto em tratado internacional firmado pelo Brasil. As reservas de mercado não são apropriadas para protegerem a eficiência e promoverem o desenvolvimento. Este e aquela são produtos da livre concorrência.

Esperamos, embora com certo ceticismo, que a menção do ministro da Fazenda à idéia da desregulamentação tenha o alcance daquilo que, na visão da maioria dos povos civilizados do mundo, corresponde de fato à liberdade de investir e produzir. O País está cansado de paliativos. É hora de se fazer algo mais limpo e consistente. O Governo Sarney se justificará amplamente se tiver a coragem de ir até a essência deste grave e complexo problema.